

Ministério Público debate 10 anos do Estatuto do Idoso

Fonte: Assessoria de Comunicação Social do MPRJ – 18/10/2013



A mesa do seminário “10 anos do Estatuto do Idoso – uma visão multidisciplinar”

Os 10 anos do Estatuto do Idoso foram debatidos, nesta sexta-feira (18/10), na sede do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (MPRJ). Coordenado pelo Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Proteção ao Idoso e à Pessoa com Deficiência, o seminário “10 anos do Estatuto do idoso – uma visão multidisciplinar” apresentou um panorama sobre a população idosa no país, as políticas públicas adotadas, a aplicação legislativa e as relações sociais entre famílias, Estado e idosos.

Na abertura, o Subprocurador-Geral de Direitos Humanos e Terceiro Setor, Ertulei Laureano Matos, agradeceu à Universidade Aberta da Terceira Idade (UnATI) e à Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia (SBGG) pela coparticipação no

evento. As instituições foram representadas pelo diretor da UnATI Renato Veras e pela presidente do departamento de Gerontologia da SBGG, Maria Angélica Sanchez. Também compuseram a mesa de abertura o Coordenador do CAO de Proteção ao Idoso, Luiz Cláudio Carvalho de Almeida, e a Subcoordenadora do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional, Patrícia Pimentel de Oliveira Chambers.

Com o tema “Violência contra a pessoa idosa, um desafio ao cumprimento do Estatuto”, a doutora em saúde pública e pesquisadora da Fundação Oswaldo Cruz Maria Cecília Minayo apresentou dados reveladores sobre a população idosa no país. De um universo de 23 milhões de idosos, o Brasil tem em média, por ano, cerca de 600 mil pessoas se tornando idosas. Segundo Minayo, nos últimos 10 anos, a população com mais de 60 anos cresceu 21,5% e a com mais de 80 anos cresceu 47,8% (65% na região Sul). “Isso representa um desafio para as políticas públicas, pois é uma população saudável, ativa e que trabalha”, afirma a pesquisadora, comprovando que 53% da população idosa é responsável ou contribui para a renda familiar.

Em seguida, a professora titular da Escola de Serviço Social da UFRJ e doutora em antropologia social Myriam Moraes Lins de Barros levantou questões sobre as relações entre velhice, cuidado e família. Ao citar trechos de diversos estudos, Myriam explicou a importância da noção de cuidado, presente em toda relação social. “Cuidar do outro faz parte não só da família, mas do mundo social. As relações familiares estão relacionadas a uma reciprocidade social. Cuidar da família é fundamental para entendermos os cuidados com os dependentes da mesma”, orientou Myriam.

A última palestra da manhã foi conduzida pela médica geriatra Karla Cristina Giacomini que tratou do caráter simbólico do Estatuto do Idoso. Para ela, o estatuto reitera direitos e deveres já definidos em outras normas que são continuamente descumpridas pelo Estado. “A Constituição estabelece que uma pessoa idosa goza dos mesmos direitos fundamentais que um cidadão de qualquer idade”, disse. “O estatuto é considerado um grande avanço sócio-jurídico, mas é uma lei menor do que a Constituição, elaborado com o intuito de fazer valer a lei”, completou Giacomini.

O doutor em Epidemiologia do Envelhecimento Renato Peixoto Veras falou sobre a inclusão do idoso na sociedade em transformação. “Os anos não podem ser vistos como uma real conquista se não puderem ser vividos com qualidade. A solução para envelhecer com qualidade está no monitoramento de um conjunto de iniciativas voltadas para o aspecto social, físico e emocional”, afirmou.

Para a doutora em Ciência Política Guita Grin Debert, que encerrou o ciclo de palestras, os novos significados de família e as diversidades de normas sobre o que é a velhice têm impacto direto nas políticas públicas voltadas para os idosos.
